



# Diário Oficial

ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO - SP

ANO 48 - Nº 10.986

Sexta-feira, 31 de Julho de 2020

www.ribeiraopreto.sp.gov.br

## PODER EXECUTIVO

### Gabinete do Prefeito

Gabinete do Prefeito Municipal

#### DECRETO Nº 172

DE 29 DE JULHO DE 2020

**HOMOLOGA A RESOLUÇÃO Nº 009, DE 28 DE JULHO DE 2020, DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS MUNICIPIÁRIOS DE RIBEIRÃO PRETO - IPM.**

DUARTE NOGUEIRA, Prefeito Municipal de Ribeirão Preto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, DECRETA:

Artigo 1º - Fica homologada a Resolução nº 009, de 28 de julho de 2020, do Instituto de Previdência dos Municipiários de Ribeirão Preto - IPM, tem por finalidade autorizar a transferência entre dotações por conta de insuficiências no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), resolução essa que passa a fazer parte integrante do presente decreto.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Rio Branco

**DUARTE NOGUEIRA**

**Prefeito Municipal**

NICANOR LOPES

Secretário da Casa Civil

ALBERTO MACEDO

Secretário de Governo

MARIA REGINA RICARDO

Superintendente - IPM

UE 02.02.10

**IPM**

**Instituto de Previdência dos Municipiários de Ribeirão Preto**

#### RESOLUÇÃO Nº 009

DE 28 DE JULHO DE 2020

**ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS), PARA O ORÇAMENTO VIGENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS MUNICIPIÁRIOS DE RIBEIRÃO PRETO.**

A Diretoria do Instituto de Previdência dos Municipiários de Ribeirão Preto - IPM, nos termos da Lei Municipal nº 3.023/2020 de 14/04/20,

RESOLVE:

Artigo 1º - Abre crédito suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

11/05.01.60.09.122.10119.20139.04.600.0000.3.3.90.35-Serviços de Consultoria .....	R\$ 100.000,00
12/05.01.60.09.122.10119.20139.04.600.0000.3.3.90.36-Serviços Pessoa Física .....	R\$ 100.000,00
<b>Total.....</b>	<b>R\$ 200.000,00</b>

Artigo 2º - Os recursos, para atendimento do presente crédito suplementar correrão por conta de anulação da seguinte dotação:

05/05.01.60.09.122.10119.20139.04.600.0000.3.1.90.16-Licença Prêmio .....	R\$ 200.000,00
<b>Total.....</b>	<b>R\$ 200.000,00</b>

Artigo 3º - Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NILTON CEZAR FERREIRA DA SILVA

Presidente do Conselho Administrativo

MARIA REGINA RICARDO

Diretora Superintendente

SANDRA MARIA TEIXEIRA

Financeiro Grupo Executivo - IPM

#### DECRETO Nº 175

DE 31 DE JULHO DE 2020

**DISPÕE SOBRE AS PRORROGAÇÕES DOS PRAZOS PREVISTOS NOS DECRETOS DE MEDIDAS DE PREVENÇÃO DE CONTÁGIO PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DUARTE NOGUEIRA, Prefeito Municipal de Ribeirão Preto, usando as atribuições que lhe são conferidas por lei e;

**Considerando** o protocolo do Governo do Estado de São Paulo que manteve, no dia 31 de julho de 2020, o município de Ribeirão Preto na fase 1 do Plano de Flexibilização Gradual (Bandeira Vermelha);

DECRETA:

Artigo 1º - Fica prorrogada a medida de quarentena no Município de Ribeirão Preto, que consistente em restrição de atividades de maneira a evitar a possível contaminação ou propagação do Novo Coronavírus (COVID-19), até o dia 09 de agosto de 2020, inclusive.

Artigo 2º - Fica prorrogado o prazo previsto no parágrafo 4º do artigo 3º do Decreto nº 065, de 16 de março de 2020, e suas alterações, referente a prestação de jornada laboral mediante teletrabalho até o dia 09 de agosto de 2020, inclusive.

Artigo 3º - Fica prorrogado o prazo previsto no artigo 2º do Decreto nº 120, de 29 de maio de 2020, e suas alterações, que suspende as aulas e atividades presenciais com alunos no âmbito da Secretaria Municipal da Educação até o dia 09 de agosto de 2020, inclusive.

Artigo 4º - Fica recomendada, no Setor Privado, a suspensão de aulas na educação básica, ensino médio e superior, como também os cursos livres e profissionalizantes até o dia 09 de agosto de 2020, inclusive.

Artigo 5º - Fica prorrogada a vedação de que trata o artigo 4º do Decreto nº 068, de 17 de março de 2020, e suas alterações, para expedição de novos alvarás de autorização para eventos públicos e temporários, até o dia 09 de agosto de 2020, inclusive.

Artigo 6º - Fica prorrogada a suspensão dos prazos que trata o artigo 5º do Decreto nº 068, de 17 de março de 2020, e suas alterações, para todos os processos administrativos da Administração Direta e Indireta, até o dia 09 de agosto de 2020, inclusive.

Parágrafo Único - Excetuam-se os processos administrativos de que trata o caput os processos de compras, sessões de concorrência, tomada de preços, convite pregão presencial.

Artigo 7º - Fica prorrogado, até o dia 09 de agosto de 2020, inclusive, o prazo que trata o artigo 8º do Decreto nº 119 de 29 de maio de 2020, e suas alterações, que proíbe o funcionamento e realização de:

I - feiras, clubes, cinemas, teatros, academias, museus, bibliotecas, atividades culturais;

de lazer e esportivas coletivas e similares;

II - shows, boates, pubs, festas públicas e particulares, exposições, jogos, leilões, reuniões sociais dentre outros;

III - a utilização de praças e outros locais públicos para a prática de esportes e atividades lúdicas que possam provocar aglomeração de pessoas;

IV - a abertura de parques e próprios públicos municipais de lazer;

V - o Programa Ciclofaixa de Lazer;

VI - o consumo local em bares, restaurantes, padarias, lojas de conveniência e supermercados, sem prejuízo dos serviços de entrega delivery, "drive thru" e "take out".

Artigo 8º - Altera a redação do artigo 1º e do seu parágrafo único do Decreto nº 085, de 06 de abril de 2020 que passam

a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 1º - Ficam suspensas a cobrança de aluguéis e/ou tarifas de uso de próprios públicos cedidos a permissionários, tais como, mas não somente, Mercado Central de Ribeirão Preto, CPC - Centro Popular de Compras, Permissão de Uso de Área no Calçadão, e demais permissões similares, por quatro meses, com data de vencimento de 01 de abril de 2020 até a obrigação com data de vencimento de 31 de agosto de 2020.

Parágrafo Único - A suspensão da cobrança da citada neste artigo, corresponderá às faturas das referências do mês de março, abril, maio, junho e julho e deverão ser pagas em doze parcelas, vincendas junto com o aluguel ou tarifa de uso, a partir da referência do mês de julho, de agosto de 2020 a julho de 2021.”

Artigo 9º - Fica prorrogado, até o dia 31 de agosto de 2020, o prazo de suspensão da interrupção, de que trata o artigo 203 do Decreto nº 018, de 18 de janeiro de 2018, do fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgotos, das ligações regulares do DAERP, previsto no Decreto nº 075, de 23 de março de 2020, e suas alterações.

Artigo 10 - Ficam mantidas as medidas já estabelecidas para as atividades essenciais, previstas no Decreto Estadual nº 64.881, de 22 de março de 2020, e nas deliberações proferidas pelo Comitê Administrativo Extraordinário Estadual COVID-19, instituído pelo Decreto Estadual nº 64.864, de 16 de março de 2020.

Artigo 11 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Rio Branco  
**DUARTE NOGUEIRA**

**Prefeito Municipal**

**NICANOR LOPES**

Secretário da Casa Civil

**ALBERTO MACEDO**

Secretário de Governo

## DECRETO Nº 176

DE 31 DE JULHO DE 2020

**REGULAMENTA OS DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 2.415 DE 21 DE DEZEMBRO DE 1970 (CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL), DISPONDO SOBRE O SISTEMA DE GERENCIAMENTO DO ISSQN, NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-E, NOTA FISCAL DE SERVIÇO AVULSA ELETRÔNICA, RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇO, DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DE SERVIÇOS, DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DO RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO, DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DE SERVIÇOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DUARTE NOGUEIRA, Prefeito Municipal de Ribeirão Preto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

**Considerando** que o poder público, sempre que possível, deve adotar medidas tendentes à simplificação e modernização da ordem tributária;

**Considerando** a necessidade de implementação, pela administração fazendária de mecanismos de controle mais eficazes no combate à evasão fiscal;

**DECRETA:**

### CAPÍTULO I

#### SISTEMA DE GERENCIAMENTO DO ISSQN

Artigo 1º - Fica instituído no âmbito do Município de Ribeirão Preto, o Sistema de Gerenciamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, para controle e acompanhamento da arrecadação do tributo, com as seguintes funcionalidades:

I - Recepção de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e;

II - Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica;

III - Recibo Provisório de Serviço - RPS, emitido em meio eletrônico;

IV - Declaração Eletrônica de Serviços;

V - Declaração Eletrônica do Responsável Tributário;

VI - Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras - DES-IF;

VII - Declaração Eletrônica de Serviços de Cartórios de protesto de títulos, notariais e de registro;

VIII - Declaração Eletrônica de Serviços Planos de Saúde;

IX - Declaração Eletrônica de Serviços Cooperativas;

X - Declaração Eletrônica de Serviços de Exploração de Rodovias.

### CAPÍTULO II

#### NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Artigo 2º - Fica instituído o novo modelo de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, para o registro das operações efetuadas que gerem obrigações tributárias aos contribuintes do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

§ 1º - A Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e é o documento fiscal hábil para o registro das prestações de serviços no âmbito municipal, inviolável, sendo opcional, quando da emissão, a assinatura com certificado digital.

§ 2º - A partir do dia 01 de agosto de 2020, todos os prestadores de serviços inscritos na Secretaria Municipal da Fazenda ficarão obrigados à emissão das Notas Fiscais Eletrônicas de Serviços - NFS-e, conforme modelo do Anexo I.

§ 3º - Os contribuintes são responsáveis pela emissão das Notas Fiscais de Serviços Eletrônica - NFS-e, através de sistema próprio, com o envio do XML da NFS-e para o sistema da Prefeitura, os quais serão recepcionados, validados e armazenados no sistema de gerenciamento do ISSQN do Município, podendo ser consultados por meio da Internet, no endereço eletrônico disponível em [www.ribeiraopreto.sp.gov.br](http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br).

Artigo 3º - O contribuinte obrigado à utilização da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e não poderá emitir outros modelos de documentos fiscais, sob pena de penalização por utilização de documentos sem autorização do fisco.

§ 1º - Para a emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e é obrigatória a identificação do tomador de serviços quando este for pessoa jurídica, independentemente da retenção ou não do imposto.



# Diário Oficial

ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO - SP

[www.ribeiraopreto.sp.gov.br](http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br)

## Imprensa Oficial do Município de Ribeirão Preto

Lei nº 1.482 de 20/novembro/1964

Lei nº 2.591 de 10/janeiro/1972

**ANTÔNIO DUARTE NOGUEIRA JÚNIOR**  
**Prefeito Municipal**

**AURÍLIO SÉRGIO COSTA CAIADO**  
Diretor Presidente Coderp

**RENATA BIANCO**  
Jornalista Responsável - MTb 51.623

### Administração/Editoração

Rua Saldanha Marinho, 834 - Centro  
Cep 14010-060 - Ribeirão Preto - SP

### E-mail

[imprensaoficial@coderp.com.br](mailto:imprensaoficial@coderp.com.br)

### Telefones

Coderp PABX (16) 3977-8300  
Imprensa Oficial (16) 3977-8290

### Pesquisa Edições

[www.coderp.com.br/diario-oficial/index.xhtml](http://www.coderp.com.br/diario-oficial/index.xhtml)

### Índice sequencial

#### PODER EXECUTIVO

**Gabinete do Prefeito**

(Portarias, Ofícios, Leis Ordinárias, Leis Complementares, Decretos, Resoluções.)

#### ADMINISTRAÇÃO DIRETA

**Secretarias Municipais**

(Portarias, Ofícios, Resoluções)

#### ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

**Autarquias, Empresas Públicas, Fundações e Sociedade de Economia Mista.**

(Portarias, Ofícios, Resoluções)

#### LICITAÇÕES E CONTRATOS

(Atos da Administração Direta e Indireta)

#### CONCURSOS PÚBLICOS

(Atos da Administração Direta e Indireta)

#### PODER LEGISLATIVO

(Atos Gerais)

#### REGIÃO METROPOLITANA DE RIBEIRÃO PRETO

(Portarias, Ofícios, Leis Ordinárias, Leis Complementares, Decretos, Resoluções.)

#### INEDITORIAIS

(Diversos de terceiros)

§ 2º - As operações efetuadas através da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e estarão dispensadas de posterior apresentação das Declarações de Serviços.

Artigo 4º - O tomador do serviço ou qualquer interessado que receber Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e, poderá certificar-se da validade da mesma através do endereço eletrônico [www.ribeiraopreto.sp.gov.br](http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br).

Artigo 5º - Para fins do disposto neste Capítulo, fica aprovado o novo modelo de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e, conforme Anexo I, contendo as seguintes informações:

I - brasão e dados do Município de Ribeirão Preto;  
II - denominação NFS-e - Nota Fiscal de Serviços Eletrônica;  
III - identificação da Nota Fiscal e RPS, com:

a) CPF/CNPJ;

b) natureza da Operação

c) data e hora da emissão;

d) data da competência relativa à prestação do serviço;

e) código de verificação;

f) número da Nota Fiscal;

g) número RPS;

h) série RPS;

i) data de emissão RPS.

IV - identificação do prestador e do tomador de serviços, com:

a) CPF/CNPJ;

b) Inscrição Municipal;

c) Razão social;

d) nome fantasia;

e) endereço;

f) telefone;

g) e-mail.

V - discriminação dos serviços;

VI - dados para apuração do ISSQN, com:

a) identificação da atividade do Município;

b) alíquota;

c) identificação do item da Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003;

d) identificação do Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE;

e) valor total dos serviços;

f) desconto condicionado;

g) desconto incondicionado;

h) dedução da base de cálculo, conforme disposição legal e do enquadramento da atividade de prestação de serviço;

i) base de cálculo;

j) total do ISSQN;

k) indicação do ISS Retido, quando obrigatória a retenção.

VII - Valores das retenções de impostos:

a) PIS;

b) COFINS;

c) INSS;

d) IRRF;

e) CSLL;

f) ISSQN Retido;

g) Outras retenções;

VIII - Valor Líquido da nota.

IX - Informações Adicionais.

§ 1º - O arquivo XML da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, enviado pelo Contribuinte, deverá conter todos os campos previstos no Manual de Integração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, definidas no âmbito do SPED - Sistema Público de Escrituração Digital, disponível no sítio eletrônico da Receita Federal do Brasil e do Município.

§ 2º - A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e só será considerada emitida após o sistema de gerenciamento do ISSQN do Município recepcionar e validar o arquivo XML enviado pelo Contribuinte.

§ 3º - As Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas - NFS-e validadas pelo sistema de gerenciamento do ISSQN do Município poderão ser consultadas por meio da Internet, no endereço eletrônico disponível em [www.ribeiraopreto.sp.gov.br](http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br).

Artigo 6º - A Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e poderá ser emitida através de integração entre o sistema informatizado de gestão comercial do contribuinte com o sistema do Município.

§ 1º - O modelo operacional e as especificações dos arquivos de integração seguirão as especificações estabelecidas

no Manual de Integração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, definidas no âmbito do SPED - Sistema Público de Escrituração Digital, disponível no sítio eletrônico da Receita Federal do Brasil e do Município.

§ 2º - Os serviços de integração disponibilizados pela rede mundial de computadores serão os seguintes:

I - Recepção e Processamento de Lote de RPS;

II - Consulta de Situação de Lote de RPS;

III - Consulta de NFS-e por RPS;

IV - Consulta de Lote de RPS;

V - Consulta de NFS-e;

VI - Cancelamento/Substituição de NFS-e;

Artigo 7º - Após a emissão da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e, constatando-se erro no preenchimento no campo "Descrição dos Serviços", o prestado do serviço poderá sanar o erro por meio de Carta de Correção Eletrônica - CC-e, através do sistema de emissão de notas disponibilizado pelo Município.

Parágrafo Único - O tomador de serviços deverá ser cientificado, eletronicamente, sempre que a emissão de Carta de Correção Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e, por seu endereço eletrônico que deve constar, obrigatoriamente, na nota fiscal.

Artigo 8º - A Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e poderá ser cancelada pelo emitente por meio do sistema, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da sua emissão.

Parágrafo Único - Após o pagamento do imposto, a Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e somente poderá ser cancelada por meio de processo administrativo.

Artigo 9º - A emissão da NFS-e não será obrigatória:

I - às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

II - aos cartórios de protesto de títulos, notariais e de registro, quando não solicitada pelo tomador;

III - às empresas permissionárias e concessionárias de transporte público coletivo de passageiros;

IV - às empresas prestadoras de serviços de exploração de rodovias;

V - aos contribuintes enquadrados como Microempreendedores Individuais - MEI de que trata o §1º do art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, optante pelo Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional - SIMEL, quando prestarem serviços para pessoas físicas.

Artigo 10 - Tratando-se de serviços de Construção Civil, enquadrados nos itens 7.02 e 7.05 da Lista de Serviços, a emissão da NFS-e com direito à dedução de base de cálculo relativos aos valores dos materiais fornecidos pelo prestador e utilizados na obra, somente poderá ser feita mediante liberação da Autoridade Fiscal, conforme normativa da Secretaria da Fazenda.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA NOTA FISCAL DE SERVIÇO AVULSA ELETRÔNICA**

Artigo 11 - A Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica será utilizada para o registro das operações de prestação de serviço tributadas pelo ISSQN, das pessoas físicas ou jurídicas não inscritas na Secretaria Municipal da Fazenda.

§ 1º - O tomador do serviço ou qualquer interessado que receber Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica, deverá certificar a validade da mesma através do endereço eletrônico [www.ribeiraopreto.sp.gov.br](http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br).

§ 2º - A solicitação da Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica somente poderá ser feita perante a Secretaria Municipal da Fazenda ou Poupatempo.

§ 3º - Quando a solicitação da Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica, ocorrer na Secretaria Municipal da Fazenda ou Poupatempo, o contribuinte deverá apresentar cópia dos seus documentos de identificação e comprovante de endereço.

Artigo 12 - A Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica - NFS-e emitida estará disponível e poderá ser consultada publicamente no sistema no prazo de 5 (cinco) anos da data de sua emissão.

Artigo 13 - A Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica será fornecida com o preenchimento dos campos que identificam a operação de prestação de serviço, com destaque do ISSQN devido.



Artigo 14 - A disponibilização ou fornecimento da Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica fica condicionada ao prévio recolhimento do ISSQN e compensação da guia referente ao serviço que constar na nota fiscal solicitada.

Parágrafo Único - O Documento de Arrecadação Municipal (DAM) para o recolhimento do ISSQN previsto no caput será disponibilizada ou fornecida quando da solicitação da Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica.

Artigo 15 - O ISSQN referente à Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica cancelada poderá ser aproveitado não necessitando de processo administrativo, quando da emissão de nova Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica caso o ISSQN da nova Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica seja igual ou maior que o ISSQN da Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica cancelada.

Artigo 16 - Será emitido Documento de Arrecadação Municipal (DAM) pela Secretaria Municipal da Fazenda com a diferença do imposto, somente para o caso do ISSQN da nova Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica, ser maior do que o ISSQN da Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica cancelada.

#### **CAPÍTULO IV**

##### **RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇO - RPS**

Artigo 17 - No caso de impedimento da emissão em tempo real da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e, o prestador de serviço solicitará Recibo Provisório de Serviço - RPS, em meio eletrônico.

§ 1º - O Recibo Provisório de Serviço poderá ser emitido através de sistema próprio de gestão comercial do contribuinte que utilizar a integração para conversão do RPS em Nota Fiscal de Serviço Eletrônica.

§ 2º - Para controle da Administração Tributária, só serão válidos os RPS do sistema próprio de gestão comercial do contribuinte, que forem autorizados pela autoridade fiscal, sendo que o RPS já autorizado deverá ser numerado obrigatoriamente em ordem crescente, sequencial, a partir do número 1 (um).

§ 3º - O RPS - Recibo Provisório de Serviços emitido pelo sistema comercial do contribuinte, deverá conter o número de controle fornecido pela Secretaria Municipal da Fazenda, como também todos os dados obrigatórios para emissão da NFS-e.

§ 4º - O modelo operacional e as especificações dos arquivos de integração seguirão as normas estabelecidas no manual de integração da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e definidas no âmbito do SPED - Sistema Público de Escrituração Digital, disponível no endereço eletrônico [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br).

§ 5º - Os serviços de integração disponibilizados pela rede mundial de computadores serão os seguintes:

I - Recepção e Processamento de Lote de RPS;

II - Consulta de Situação de RPS;

III - Consulta de NFS-e por RPS;

IV - Consulta de Lote de RPS.

Artigo 18 - Os arquivos eletrônicos dos RPS deverão ser convertidos em Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da emissão, não podendo ultrapassar o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação de serviços.

§ 1º - O prazo previsto no caput deste artigo inicia-se no dia seguinte ao da emissão do Recibo Provisório de Serviço - RPS, podendo ser postergado caso vença em dia não útil, transcorrido este prazo, o Recibo Provisório de Serviço - RPS perderá a validade.

§ 2º - A não transmissão dos Recibos Provisórios de Serviço - RPS para conversão em Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e, ou a transmissão fora do prazo sujeitará o prestador de serviço às penalidades previstas na legislação em vigor.

§ 3º - A não substituição do Recibo Provisório de Serviço - RPS pela Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e, será equiparada a não emissão de Notas Fiscais de Prestação de Serviços, sujeitará o contribuinte ao pagamento do imposto e à aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor, além das multas decorrentes do não recolhimento da obrigação principal e da imputação do crime de sonegação fiscal conforme previsto na Lei Federal nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, que define os Crimes Contra a Ordem Tributária.

Artigo 19 - Para fins do disposto neste Capítulo, fica aprovado o modelo do Recibo Provisório de Serviço - RPS, conforme Anexo II, devendo ser emitido obrigatoriamente, com todos os dados necessários para a emissão da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e, sendo que os números sequenciais serão gerados eletronicamente pelo Sistema da Secretaria Municipal da Fazenda aprovado por este Decreto.

Parágrafo Único - Havendo indício ou fundada suspeita de que a emissão do Recibo Provisório de Serviço - RPS esteja impossibilitando a perfeita apuração dos serviços prestados, da receita auferida ou do imposto devido, serão aplicadas as sanções previstas na legislação em vigor, sujeitando, ainda, o contribuinte à imputação do crime de sonegação fiscal conforme previsto na Lei Federal nº 8.137, de 1990, que define os Crimes Contra a Ordem Tributária.

#### **CAPÍTULO V**

##### **DA DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DE SERVIÇOS**

Artigo 20 - O sujeito passivo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, inscrito na Secretaria Municipal da Fazenda, fica obrigado a realizar a declaração eletrônica do movimento econômico relativos a todas as operações de prestação de serviços.

§ 1º - Os contribuintes que emitem Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e, ficam dispensados de proceder à declaração.

§ 2º - A autoridade fiscal poderá dispensar da declaração eletrônica as pessoas a que se refere o caput deste artigo, individualmente, por atividade ou grupo de atividades, segundo critérios que estabeleçam a melhor forma de obter os dados.

Artigo 21 - A declaração eletrônica de serviços consiste no registro mensal das informações econômico-fiscais, decorrentes de serviços prestados ou tomados, por sistema de processamento eletrônico de dados, relativamente:

I - às Notas Fiscais emitidas;

II - às Notas Fiscais canceladas;

V - aos Cupons Fiscais;

VI - às Notas Fiscais, aos recibos e outros documentos referentes a serviços tomados;

VII - aos valores do ISSQN referentes ao movimento econômico, e retido na condição de Substituto ou Responsável Tributário;

VIII - à ausência de movimento econômico, quando for o caso;

IX - à movimentação econômica para as empresas que executem as atividades de intermediação financeira, administração de cartões de crédito, administração de consórcio e educação.

§ 1º - A declaração eletrônica deverá ser realizada, mensalmente, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente à prestação dos serviços, através de programa específico acessível no endereço eletrônico [www.ribeiraopreto.sp.gov.br](http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br).

§ 2º - A veracidade dos dados declarados é de inteira responsabilidade do sujeito passivo, ficando as informações sujeitas à homologação fiscal.

§ 3º - Os dados da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e), emitida pelo prestador de serviço do município será migrada diretamente para a escrituração fiscal do tomador de serviço estabelecido.

§ 4º - O tomador de serviço poderá recusar o registro dos dados referente a NFS-e que lhe foi enviada até o encerramento fiscal automático da competência.

Artigo 22 - O recolhimento do Imposto, referente às NFS-e, deverá ser feito exclusivamente por meio da Guia de Recolhimento de ISSQN, emitida pelo sistema da disponibilizado pelo Município.

Parágrafo Único - Não se aplica o disposto no caput:

I - aos órgãos da administração pública direta da União, dos Estados e do Município, bem como suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados ou pelo Município, que recolherem o ISS retido na fonte por meio dos sistemas orçamentário e financeiro dos Governos Federal, Estadual e Municipal;

II - às microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo tratamento diferenciado instituído pela Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, quando recolher o ISSQN no DAS - Documento de Arrecadação do Simples Nacional;

III - ao MEI - Microempreendedor Individual a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, optante pelo tratamento diferenciado, nos termos do artigo 18-A, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, com as alterações instituídas pela Lei Complementar Federal nº 128, de 19 de dezembro de 2008.

#### **CAPÍTULO VI**

#### **DA DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DO RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO**

Artigo 23 - As pessoas jurídicas de direito público ou privado, inclusive condomínios edilícios, que contratarem ou utilizarem serviços de empresas não cadastradas no Município de Ribeirão Preto, responsáveis tributários pela retenção e pelo recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, nos termos do artigo 104-A, da Lei nº 2.415, de 21 de dezembro de 1970, deverão proceder à Declaração Eletrônica do Responsável Tributário.

§ 1º - O valor do imposto, a ser retido pelo responsável tributário do prestador de serviço, será calculado com a aplicação das alíquotas previstas na Lista de Serviços da Lei nº 2.415, de 1970, incidentes sobre o preço do serviço.

§ 2º - A retenção deverá ocorrer no ato da prestação do serviço, fazendo-se o recolhimento aos cofres da Fazenda Pública Municipal, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente à prestação dos serviços através de Documento de Arrecadação Municipal (DAM) emitido pelo sistema informatizado do Município.

§ 3º - O responsável tributário, a que se refere este artigo, fornecerá ao prestador de serviços o recibo de retenção na fonte do valor do imposto.

§ 4º - O responsável tributário deverá efetuar a retenção de todos os serviços por ele contratados.

§ 5º - A Secretaria Municipal da Fazenda poderá dispensar da declaração eletrônica as pessoas a que se refere o caput deste artigo, individualmente, por atividade ou grupo de atividades, segundo critérios que estabeleçam a melhor forma de obter os dados.

§ 6º - Não ocorrerá responsabilidade da retenção e recolhimento do imposto por parte do tomador, quando o prestador se enquadrar em uma das seguintes hipóteses:

I - gozar de isenção concedida por este Município;

II - ter imunidade tributária reconhecida por este Município;

III - emitir Nota Fiscal Avulsa, prevista no artigo 11, como comprovante da prestação de serviços;

IV - como MEI - Microempreendedor Individual, optante pelo tratamento diferenciado, nos termos do artigo 18-A, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, com as alterações instituídas pela Lei Complementar Federal nº 128, de 2008.

Artigo 24 - A responsabilidade prevista neste Decreto é imputada a todas as pessoas jurídicas, ainda que alcançadas por imunidade ou por isenção tributária.

#### **CAPÍTULO VII**

#### **DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DE SERVIÇOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS- DES-IF**

Artigo 25 - Fica instituída a Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras - DES-IF, documento fiscal digital destinado a registrar as operações e a apuração do ISSQN devido pelas instituições financeiras e equiparadas, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e as demais pessoas jurídicas obrigadas a utilizar o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

§ 1º - Os prestadores de serviços de que trata este artigo ficam obrigados ao cumprimento da obrigação acessória nele prevista, que consiste em:

I - Geração da DES-IF na periodicidade prevista;

II - Entrega da DES-IF ao fisco na forma e prazo estabelecido;

III - Guarda da DES-IF pelo prazo estabelecido.

§ 2º - A geração e a transmissão da DES-IF, sua validação e certificação digital, serão feitas por meio de sistemas informatizados, disponibilizados aos contribuintes para a importação de dados que a compõem das bases de dados da Instituição Financeira e equiparadas, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e as demais pessoas jurídicas obrigadas a utilizar o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

§ 3º - A validade jurídica da DES-IF é assegurada pela certifi-

ção e assinatura digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP Brasil, garantindo segurança, não repúdio e integridade das informações declaradas ao fisco. § 4º - A DES-IF é um documento fiscal exclusivamente digital, constituído dos seguintes módulos:

I - Módulo de Apuração Mensal do ISSQN: deverá ser gerado mensalmente e entregue ao fisco até o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao de competência, dos dados declarados, contendo:

a) o conjunto de informações que demonstram a apuração da receita tributável por subtítulo contábil;

b) o conjunto de informações que demonstram a apuração do ISSQN mensal;

c) a informação, se for o caso, de ausência de movimento, por dependência ou por instituição.

II - Módulo Demonstrativo Contábil: deverá ser entregue ao Fisco até o dia 31 de agosto relativos aos dados do 1º semestre do ano calendário e até 1º de março relativos aos dados do 2º semestre do ano anterior, contendo:

a) os Balancetes Analíticos Mensais;

b) o Demonstrativo de rateio de resultados internos.

III - Módulo de Informações Comuns aos Municípios: deverá ser entregue anualmente ao fisco até o dia 01 de março do ano seguinte ao ano de competência dos dados declarados, contendo:

a) o Plano geral de contas comentado - PGCC;

b) a Tabela de tarifas de serviços da instituição;

c) a Tabela de identificação de serviços de remuneração variável;

IV - Módulo Demonstrativo das Partidas dos Lançamentos Contábeis: deverá ser entregue ao fisco, mediante solicitação, em até 15 (quinze) dias, contendo as informações das partidas dos lançamentos contábeis.

#### **CAPÍTULO VIII**

#### **DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DE SERVIÇOS DE CARTÓRIOS DE PROTESTO DE TÍTULOS, NOTARIAIS E DE REGISTRO**

Artigo 26 - Fica facultado aos Cartórios de protesto de títulos, notariais e de registro em promover a Declaração Eletrônica de Serviços.

Parágrafo Único - A Declaração será efetuada de acordo com os emolumentos definidos na Lei Estadual nº 11.331, de 26 de dezembro de 2002, exceto os valores previstos no artigo 104-A, § 12, incisos I a IV, da Lei nº 2.415, de 190.

#### **Seção I**

#### **Declaração Eletrônica de Serviços Planos de Saúde**

Artigo 27 - Fica disponível aos prestadores de serviços enquadrados nos itens 4.22 e 4.23 da Lista de Serviços, a Declaração Eletrônica de Serviços Planos de Saúde com a possibilidade da dedução da base de cálculo, prevista no artigo 104-A, § 11 da Lei nº 2.415, de 1970.

Parágrafo Único - A Secretaria Municipal da Fazenda normatizará o procedimento para utilização da Declaração.

#### **Seção II**

#### **Declaração Eletrônica de Serviços de Cooperativas**

Artigo 28 - Fica disponível às Cooperativas a Declaração Eletrônica de Serviços com possibilidade das informações de receitas relativas aos atos cooperados e não cooperados, bem como de eventuais repasses aos seus membros por serviços prestados em nome da cooperativa.

#### **Seção III**

#### **Declaração Eletrônica de Serviços de Exploração de Rodovias**

Artigo 29 - O serviço de exploração de rodovias, enquadrado no item 22.01 da Lista de Serviços, deverá ser escriturado em declaração específica normatizada pela Secretaria da Fazenda.

#### **CAPÍTULO IX**

#### **DA COMPENSAÇÃO DE TRIBUTOS**

Artigo 30 - É facultada ao contribuinte a compensação total ou parcial das quantias recolhidas indevidamente aos cofres municipais em pagamentos de ISSQN e respectivos acréscimos moratórios, através da declaração eletrônica.

Parágrafo Único - Quando ocorrer pagamento a maior do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, apurado no Sistema de Gerenciamento do ISSQN, este poderá ser compensado, mediante requerimento do interessado, de acordo com

as seguintes condições:

I - a compensação será realizada diretamente com o imposto a pagar na escrituração do mês seguinte ao deferimento do pedido;

II - havendo saldo remanescente a compensar, a operação poderá prosseguir nos meses subsequentes, até que seja completada a compensação;

III - a compensação prevista neste artigo será homologada pela Autoridade Fiscal, com anuência do titular da Secretaria Municipal da Fazenda, dispensando-se a autorização do Prefeito Municipal.

### CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 31 - As declarações mensais serão encerradas automaticamente pelo sistema à meia noite do dia posterior ao vencimento da obrigatoriedade da entrega da declaração.

Artigo 32 - A Secretaria Municipal da Fazenda disponibilizará aos contribuintes até o dia 30 de novembro de 2020 o acesso ao sistema emissor de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e.

Parágrafo Único - Os contribuintes poderão optar por qualquer sistema emissor de NFS-e disponível no mercado para emissão das suas notas fiscais.

Artigo 33 - O livro fiscal poderá ser emitido de modo online a qualquer momento através do sistema do Município de Ribeirão Preto.

Artigo 34 - As infrações resultantes do não cumprimento das disposições deste decreto, quando apuradas através de procedimento administrativo, serão punidas com a aplicação das multas definidas na legislação municipal.

Artigo 35 - Fica autorizado o Secretário Municipal da Fazenda emitir normas complementares a este Decreto.

Artigo 36 - Fica revogado o Decreto nº 08, de 27 de janeiro de 2010.

Artigo 37 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Palácio Rio Branco

**DUARTE NOGUEIRA**

**Prefeito Municipal**

**NICANOR LOPES**


**Secretário da Casa Civil**


**ALBERTO MACEDO**

**Secretário de Governo**

**MANOEL DE JESUS GONÇALVES**

**Secretário da Fazenda**

 <b>Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto - SP</b> Secretaria Municipal de Fazenda www.ribeiraopreto.sp.gov.br		<b>NFSe</b>	Série do Documento Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e																				
<b>LOGO DA EMPRESA</b> Razão Social Prestador Nome Fantasia Prestador Logradouro do Prestador: 3305 - Bairro do Prestador CEP - Ribeirão Preto - SP email: prestador@prestador.com Inscrição Municipal - CPF/CNPJ																							
<b>Identificação da Nota Fiscal Eletrônica</b> <table border="1"> <tr> <td>Natureza da Operação</td> <td>Data de Emissão da NFS-e</td> <td>Data da Competência</td> <td>Código de Verificação de Autenticidade</td> <td>Número da Nota Fiscal</td> </tr> <tr> <td>Número do RPS</td> <td>Série do RPS</td> <td colspan="2">Data de Emissão do RPS</td> <td></td> </tr> </table> Consulte a autenticidade deste documento acessando o site: <a href="http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br">www.ribeiraopreto.sp.gov.br</a>				Natureza da Operação	Data de Emissão da NFS-e	Data da Competência	Código de Verificação de Autenticidade	Número da Nota Fiscal	Número do RPS	Série do RPS	Data de Emissão do RPS												
Natureza da Operação	Data de Emissão da NFS-e	Data da Competência	Código de Verificação de Autenticidade	Número da Nota Fiscal																			
Número do RPS	Série do RPS	Data de Emissão do RPS																					
<b>Dados do Tomador de Serviços</b> <table border="1"> <tr> <td>CNPJ/CPF</td> <td>Inscrição Municipal</td> <td>Razão Social</td> </tr> <tr> <td>Endereço</td> <td>Número</td> <td>Complemento</td> </tr> <tr> <td>CEP</td> <td>Cidade / UF</td> <td>Bairro</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Telefone</td> <td>e-mail</td> </tr> </table>				CNPJ/CPF	Inscrição Municipal	Razão Social	Endereço	Número	Complemento	CEP	Cidade / UF	Bairro		Telefone	e-mail								
CNPJ/CPF	Inscrição Municipal	Razão Social																					
Endereço	Número	Complemento																					
CEP	Cidade / UF	Bairro																					
	Telefone	e-mail																					
<b>Local dos Serviços</b> -																							
<b>Descrição dos Serviços</b> -																							
<b>Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISSQN</b> <table border="1"> <tr> <td>Atividade do Município</td> <td>Aliquota</td> <td>Item da LC116/2003</td> <td>Cód. Nacional Atividade Econômica</td> </tr> <tr> <td>Valor Total dos Serviços</td> <td>Desconto Incondicionado</td> <td>Deduções Base Cálculo</td> <td>Base de Cálculo</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Total do ISSQN</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>ISSQN Retido</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Desconto Condicionado</td> </tr> </table>				Atividade do Município	Aliquota	Item da LC116/2003	Cód. Nacional Atividade Econômica	Valor Total dos Serviços	Desconto Incondicionado	Deduções Base Cálculo	Base de Cálculo				Total do ISSQN				ISSQN Retido				Desconto Condicionado
Atividade do Município	Aliquota	Item da LC116/2003	Cód. Nacional Atividade Econômica																				
Valor Total dos Serviços	Desconto Incondicionado	Deduções Base Cálculo	Base de Cálculo																				
			Total do ISSQN																				
			ISSQN Retido																				
			Desconto Condicionado																				
<b>Retenções de Impostos</b> <table border="1"> <tr> <td>PIS</td> <td>COFINS</td> <td>INSS</td> <td>IRRF</td> <td>CSLL</td> <td>Outras Retenções</td> <td>ISSQN</td> </tr> </table>				PIS	COFINS	INSS	IRRF	CSLL	Outras Retenções	ISSQN													
PIS	COFINS	INSS	IRRF	CSLL	Outras Retenções	ISSQN																	
<b>Valor Líquido da Nota Fiscal</b> -																							
<b>Informações Complementares</b> -																							
Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto - SP - <a href="http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br">www.ribeiraopreto.sp.gov.br</a>																							

 <b>Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto - SP</b> Secretaria Municipal de Fazenda www.ribeiraopreto.sp.gov.br		<b>RPS</b>	Série do Documento Recibo Provisório de Serviço																				
<b>LOGO DA EMPRESA</b> Razão Social Prestador Nome Fantasia Prestador Logradouro do Prestador: 3305 - Bairro do Prestador CEP 14010-000 - Ribeirão Preto - SP email: prestador@prestador.com Inscrição Municipal - CPF/CNPJ																							
<b>Identificação do Recibo Provisório de Serviço</b> <table border="1"> <tr> <td>Natureza da Operação</td> <td>Data de Emissão</td> <td>Data da Competência</td> <td>Nº do Recibo Provisório</td> </tr> </table> Este documento não é válido como nota fiscal de serviços, mas apenas como recibo provisório e deverá obrigatoriamente ser convertido em nota fiscal eletrônica no prazo de 10 dias, conforme decreto. Consulte a conversão desse documento em nota fiscal eletrônica pelo site: <a href="http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br">www.ribeiraopreto.sp.gov.br</a>				Natureza da Operação	Data de Emissão	Data da Competência	Nº do Recibo Provisório																
Natureza da Operação	Data de Emissão	Data da Competência	Nº do Recibo Provisório																				
<b>Dados do Tomador de Serviços</b> <table border="1"> <tr> <td>CNPJ/CPF</td> <td>Inscrição Municipal</td> <td>Razão Social</td> </tr> <tr> <td>Endereço</td> <td>Número</td> <td>Complemento</td> </tr> <tr> <td>CEP</td> <td>Cidade / UF</td> <td>Bairro</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Telefone</td> <td>e-mail</td> </tr> </table>				CNPJ/CPF	Inscrição Municipal	Razão Social	Endereço	Número	Complemento	CEP	Cidade / UF	Bairro		Telefone	e-mail								
CNPJ/CPF	Inscrição Municipal	Razão Social																					
Endereço	Número	Complemento																					
CEP	Cidade / UF	Bairro																					
	Telefone	e-mail																					
<b>Local dos Serviços</b> -																							
<b>Descrição dos Serviços</b> -																							
<b>Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISSQN</b> <table border="1"> <tr> <td>Atividade do Município</td> <td>Aliquota</td> <td>Item da LC116/2003</td> <td>Cód. Nacional Atividade Econômica</td> </tr> <tr> <td>Valor Total dos Serviços</td> <td>Desconto Incondicionado</td> <td>Deduções Base Cálculo</td> <td>Base de Cálculo</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Total do ISSQN</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>ISSQN Retido</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Desconto Condicionado</td> </tr> </table>				Atividade do Município	Aliquota	Item da LC116/2003	Cód. Nacional Atividade Econômica	Valor Total dos Serviços	Desconto Incondicionado	Deduções Base Cálculo	Base de Cálculo				Total do ISSQN				ISSQN Retido				Desconto Condicionado
Atividade do Município	Aliquota	Item da LC116/2003	Cód. Nacional Atividade Econômica																				
Valor Total dos Serviços	Desconto Incondicionado	Deduções Base Cálculo	Base de Cálculo																				
			Total do ISSQN																				
			ISSQN Retido																				
			Desconto Condicionado																				
<b>Retenções de Impostos</b> <table border="1"> <tr> <td>PIS</td> <td>COFINS</td> <td>INSS</td> <td>IRRF</td> <td>CSLL</td> <td>Outras Retenções</td> <td>ISSQN</td> </tr> </table>				PIS	COFINS	INSS	IRRF	CSLL	Outras Retenções	ISSQN													
PIS	COFINS	INSS	IRRF	CSLL	Outras Retenções	ISSQN																	
<b>Valor Líquido do Recibo Provisório</b> -																							
<b>Informações Complementares</b> -																							
Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto - SP - <a href="http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br">www.ribeiraopreto.sp.gov.br</a>																							

corde aqui

<b>RPS</b>		Recebi(emais) de (nome e razão social do Prestador de Serviços) os serviços constantes do Recibo Provisório especificado abaixo.
Série do Documento	Data de Emissão	Nº do Recibo Provisório
Este documento não é válido como nota fiscal de serviços, mas apenas como recibo provisório e deverá obrigatoriamente ser convertido em nota fiscal eletrônica no prazo de 10 dias, conforme decreto. Consulte a conversão desse documento em nota fiscal eletrônica pelo site: <a href="http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br">www.ribeiraopreto.sp.gov.br</a>		

UE 02.02.10

## ADMINISTRAÇÃO DIRETA

### Assistência Social

Secretaria Municipal de Assistência Social

#### PORTARIA Nº 021

DE 24 DE JULHO DE 2020

**DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA INVESTIGATÓRIA PARA APURAÇÃO DOS FATOS.**

O SR. GUIDO DESINDE FILHO, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no exercício das atribuições definidas nos artigos 259 e 260 da Lei nº 3.181/76.

**CONSIDERANDO** a instauração de Sindicância Administrativa Investigatória, com a nomeação de Comissão Sindicante, por meio da Portaria nº 12, de 27 de abril de 2020, para apuração dos fatos e eventuais responsabilidades administrativas;

**CONSIDERANDO** que ainda há diligências a serem efetuadas sobre o caso presente no Expediente Interno nº 017/2020.

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar o prazo por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 26/07/2020, os trabalhos da Sindicância Administrativa Investigatória, para apurar os fatos narrados no EI Nº 017/2020 - SEMAS-S.

Artigo 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registra-se, publique-se e cumpra-se

GUIDO DESINDE FILHO  
Secretário Municipal de Assistência Social

UE 02.10.30